

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Os temas que vou abordar hoje são sobre uma vergonha nacional que, apesar de toda tecnologia e modernidade do país, ainda acontece: a exploração do trabalho infantil e o trabalho escravo.

Na primeira semana de agosto, o Ministério do Trabalho divulgou que uma das suas equipes de fiscalização havia encontrado 75 trabalhadores em regime de escravidão em uma fazenda na região de Santa Rita do Trivelado, a 360 quilômetros de Cuiabá. Essa notícia, Sras. e Srs., demonstra que devemos ter uma preocupação incessante, uma vigilância constante e uma fiscalização sem trégua em relação ao trabalho escravo no Brasil.

O nosso país sobreviveu anos e anos através do trabalho escravo que há 115 anos foi abolido pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888 que declarou extinta a escravidão no Brasil. Mas, será que mudou mesmo?

Atualmente, a escravidão não é mais simbolizada pelo açoite e correntes. É praticada por um artifício diferente que mantém o trabalhador em sistema de cativo. De acordo com o Ministério do Trabalho, as fazendas onde existe trabalho escravo ficam em regiões de difícil acesso, o que facilita o isolamento do trabalhador. Por não ter onde comprar alimentos, ele é obrigado a manter uma conta aberta no armazém do "patrão". Endividado, ele não recebe salário e ainda é proibido, pelo empregador, de deixar o trabalho. Acontece que este mesmo sistema foi usado quando extinta a escravidão no Brasil. O que poderiam fazer os negros senão trabalhar nas fazendas? O trabalho era pago com comida e naquela época também existia um armazém para fazê-los mais uma vez reféns do "patrão". Estamos no século XXI e

ainda encontramos casos e mais casos que denunciam este crime contra a democracia brasileira

Quero também parabenizar o meu estado, o Maranhão, por ser um dos Estados pioneiros na iniciativa contra o trabalho escravo no Brasil. O Maranhão desenvolveu o Programa de Combate e Erradicação do Trabalho Escravo. É a primeira unidade da Federação a adotar um programa como este e tenho muito orgulho disso. Quero aqui compartilhar esta experiência com os meus caros colegas, para que juntos possamos combater esta prática.

O programa vai atuar junto a fiscalização do governo federal, em municípios onde há aliciamento de trabalhadores para outros estados, além de fazendas e carvoarias que apresentam ocorrência de trabalho escravo. O Programa terá parceria também com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) na definição de ações necessárias para a erradicação dessa prática.

O trabalho escravo é uma das questões que mais denigre a imagem do Brasil no exterior, ao lado da exploração do trabalho infantil.

Este segundo tema, Sras. e Srs., a exploração do trabalho infantil atinge milhares de crianças em todo o país que deixam de estudar para trabalhar em plantações de cana, de empregadas domésticas e outros tipos de trabalhos pesados. Crianças que não sabem o que é brincar, o que é aprender a ler e escrever e que tão cedo já carregam consigo a responsabilidade de trabalhar para ter o que comer, além da dura realidade da fome e da falta de justiça.

Estima-se que cerca de 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 16 anos trabalhem no Brasil. Isso prejudica seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual. De acordo com a Unicef, duas, de cada 10 crianças trabalhadoras, não freqüentam a escola e, como conseqüência, a taxa de analfabetismo entre essas crianças atinge 20,1%, contra 7,6% no caso das crianças que não trabalham. Na faixa etária de 15 a 17 anos, também se notam os efeitos danosos do

trabalho sobre a escolarização. Dentre os adolescentes que trabalham, somente 25,5% conseguiram concluir os oito anos de escolaridade básica, enquanto entre os adolescentes que não trabalham, esse percentual é significativamente maior: 44,2%.

É preciso que nós tenhamos mais sensibilidade em relação aos temas aqui abordados e possamos fazer uma lei áurea do século XXI para garantir o respeito aos nossos trabalhadores e às nossas crianças que são o nosso futuro.

Muito Obrigado.